

Falta de enfermeiros limita a realização de cirurgias no hospital de Ponta Delgada

DEBITOS RESERVADOS

Ordem dos Enfermeiros alerta que há salas do bloco operatório do hospital a serem encerradas por falta de enfermeiros

PAULA GOUVEIA
pgouveia@acorianooriental.pt

A Secção Regional dos Açores da Ordem dos Enfermeiros alerta que a rentabilização do bloco operatório do Hospital Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, está limitada por falta de enfermeiros.

Como explica Luís Furtado, presidente da Secção Regional dos Açores da Ordem, além do número de médicos anestesistas no hospital de Ponta Delgada ser insuficiente, o número atual de enfermeiros afetos ao bloco operatório é uma limitação não só à produção adicional de cirurgias, mas à própria produção regular.

"O HDES tem uma sala de pequena cirurgia, uma sala de ambulatório e cinco salas do bloco central. Ora acontece que, por falta de enfermeiros, as cinco salas do bloco central e a sala de ambulatório não funcionam diariamente como deviam fun-

cionar. É certo que é preferível encerrar quando os recursos não estão disponíveis, agora o que não faz sentido é, com estes recursos humanos disponíveis [no mercado de trabalho], estarmos a privar a população de cuidados cirúrgicos", sustenta o representante dos enfermeiros nos Açores.

"Esta situação tem de ser corrigida rapidamente pelo hospital, com a anuência da Secretaria Regional de Saúde", defende Luís Furtado.

"Necessitamos de um reforço imediato de enfermeiros", afirma, chamando a atenção para o facto do "período de formação desses profissionais até que estejam aptos a assegurar o funcionamento é longo - estamos a falar de um período de ano e meio".

Luís Furtado lembra que "a Inspeção Regional de Saúde recomenda o alargamento da produção regular, e não recor-



Em causa está a própria produção regular de cirurgias no hospital de Ponta Delgada

rer a programas extraordinários que são extremamente onerosos". Espera por isso que "a secretaria e os hospitais acatem a recomendação da Inspeção Regional da Saúde", sendo que, "para isso, é necessário introduzir urgentemente enfermeiros nos blocos operatórios dos hospitais", defende.

Do seu ponto de vista, "ainda temos margem para produzir mais, com os tempos que estão disponíveis".

Concorda, por isso, que "só quando tivermos a certeza absoluta de que a capacidade instalada dos três hospitais está esgotada, ou com as margens muito esmagadas, é que deve-

mos recorrer a programas de produção adicional".

"Não faz sentido estarmos a gastar muito dinheiro na produção adicional, sem que a produção regular esteja esgotada. E ela efetivamente não está", sustenta o presidente da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Enfermeiros. +

É preciso melhorar planeamento e produtividade

O responsável pela Ordem dos Enfermeiros nos Açores afirma que o planeamento é outro constrangimento à realização de cirurgias no Hospital Divino Espírito Santo.

"O planeamento, muitas vezes, chega tarde e a más horas", diz Luís Furtado. "Os planos operatórios deviam ser feitos à semana, para que os blocos ope-

ratórios e os internamentos se pudessem organizar, em função de uma estimativa do volume de entradas e de saídas, facilitando até que a própria gestão de camas seja feita de forma mais criteriosa ou pelo menos com maior segurança", defende o presidente da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Enfermeiros.

Mas, além do planeamento, há também necessidade de melhorar a produtividade cirúrgica de algumas especialidades, sustenta Luís Furtado.

"Existem especialidades cirúrgicas que utilizam muitíssimo bem os tempos operatórios que lhes estão afetos, mas existem outras que não. Temos tempos operatórios que com-

çam depois da hora, ou que terminam muito antes da hora, ou com um excedente médio onde poderia ser introduzido um caso de pouca complexidade ou média complexidade", constata. Em causa, por vezes, "atrasos dos profissionais" ou "procedimentos administrativos que não foram cumpridos com a devida antecedência, e a falta de elementos importantes para a tomada de decisão", explica, defendendo que deviam ser instituídas "normalizações" para melhorar o funcionamento.

O responsável sublinha ainda que "a própria portaria que es-

trutura o sistema integrado de gestão de pedidos para cirurgia nos Açores define um conjunto de mecanismos de controlo, desde o nível operacional, ao nível intermédio, e a nível central. E isto não está a acontecer". Sugere, por isso, a abertura de um procedimento inspetivo, para saber até que ponto as disposições da portaria estão a ser cumpridas. Pois, "é importante explicar aos açorianos onde é que este dinheiro está a ser gasto, e se efetivamente o retorno de ganhos para resolução dos seus problemas está a ser efetivo ou não". +pg